



ACTA DE REUNIÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL Data: 2016/04/15

Acta n.º 04/RH//2016

Hora: 10h00

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior (Licenciatura em Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria, Economia ou Gestão), do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública.

Área: Administração e Finanças

N.º de Vagas:1

Publicado:

Aviso n.º 2986/2016, publicado no DR, 2.ª Série - N.º 46 - 07 de Março de 2016
BEP - OE201603/0097

Júri:

Presidente - Rita Margarida Cardoso Vieira, Chefe de Área de Administração e Finanças, dos SSPSP;
1.º Vogal Efetivo - Elsa Cristina Correia Martins Técnico Superior do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão dos SSPSP;
2.º Vogal Efetivo - Maria do Carmo Almeida Cruz, Técnica Superior da Secção de Recursos Humanos da Área de Administração e Finanças dos SSPSP.

1. Apreciação e deliberação sobre as alegações apresentadas em sede de audiência prévia.

Realizada a audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril verificou-se que o candidato: **Teresa Maria Pinto Monteiro Almeida Mendes**, exerceu o direito de participação de interessados, dentro do prazo legalmente fixado, nos termos dos doc.em anexo.

Sobre as alegações apresentadas o júri deliberou, por unanimidade, manter a decisão de excluir o candidato: **Teresa Maria Pinto Monteiro Almeida**, considerando os seguintes fundamentos:

I - Prevê o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que a tramitação do procedimento concursal, incluindo a do procedimento destinado a constituir reservas de recrutamento em cada órgão ou serviço ou em entidade centralizada, é regulamentada por portaria do membro do Governo responsável pela área da administração Pública.

II - Essa regulamentação está assim prevista na Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

III - Efectivamente, a alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º, sob a epígrafe "*Publicitação do procedimento*", refere que a publicação integral contem, designadamente, elementos como, a

indicação sobre a necessidade de se encontrar previamente estabelecida uma relação jurídica de emprego público e, em caso afirmativo, sobre a sua determinabilidade.

IV - Tal não foi referido no aviso de abertura do procedimento concursal, pois o órgão competente para autorizar a abertura do procedimento concursal, atendeu que o disposto no n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, era imperativo e que prevalecia sobre toda a legislação específica, que refere que *"... os serviços da administração direta e indireta do Estado, bem como os órgãos e serviços de apoio do Presidente da República, da Assembleia da República, dos tribunais e do Ministério Público e respectivos órgãos de gestão e dos outros órgãos abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo definido no artigo 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado ou a termo, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, sem prejuízo do disposto no número seguinte."*

V - O n.º 2 do citado artigo refere que *"em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:*

- a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderando, designadamente, a eventual carência dos recursos humanos no setor de atividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o órgão ou serviço;*
- b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade;*
- c) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente;*
- d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;*
- e) Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o serviço ou o organismo que pretende efetuar o recrutamento.*

VI - Tal possibilidade de recurso a candidatos que não possuíssem um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, teria que ser precedida de um despacho autorizador, que esse sim, conforme decorre do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, teria que constar no aviso de abertura, referindo a norma deste artigo que a publicação integral contém, ***"...a indicação do parecer dos membros do Governo, quando possam ser recrutados trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida."***



VII - **Conforme decorre do n.º 2 do artigo** 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, à data da abertura do procedimento concursal, não se tratava de um mero parecer mas de um despacho autorizador, situação que não foi prevista, pois não era intensão destes serviços. Recrutar trabalhadores sem **vínculo de emprego público por tempo indeterminado**.

VIII - A expressão da obrigatoriedade **vínculo de emprego público por tempo indeterminado** não foi referida no aviso de abertura, uma vez que o artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, prevê que nos procedimentos concursais publicitados ao abrigo e nos termos do disposto nos n.os 4 a 6 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento efetua-se, sem prejuízo das preferências legalmente estabelecidas, pela seguinte ordem:

- a) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido;
- b) Candidatos aprovados, sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, relativamente aos quais seja estabelecido, por diploma legal, o direito de candidatura a procedimento concursal exclusivamente destinado a quem seja titular dessa modalidade de vínculo, designadamente a título de incentivos à realização de determinada actividade ou relacionado com titularidade de determinado estatuto jurídico;
- c) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público a termo ou estagiários que tenham obtido aproveitamento com avaliação não inferior a 14 valores no Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central e no Programa de Estágios Profissionais na Administração Local;
- d) Candidatos sem vínculo de emprego público previamente estabelecido.

IX - Dispondo no entanto o n.º 2 do referido artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que os candidatos a que se refere a alínea b) do número anterior não podem ser opositores a procedimentos concursais exclusivamente destinados a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, considerando-se suspensas todas as disposições em contrário.

X - **Excluindo desta previsão os candidatos** que se encontrem ao abrigo do disposto no artigo 30.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, e no n.º 8 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, durante o ano de 2015.

XI - Estes são candidatos não possuem "... relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previamente estabelecida, **mas é admissível a sua candidatura**.

XII - Face ao que antecede, e sem os serviços estarem munidos de despacho autorizador que lhe permitisse recrutar trabalhadores sem **vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a sua aceitação par efeitos de realização dos métodos de selecção, é ilegal, considerando que legalmente os serviços não o podem fazer, e nem nunca foi sua intensão**.

XIII - Note-se que na dúvida, e antes de concorrerem, poderiam os interessados questionar os serviços, caso tivessem alguma dúvida sobre o assunto, pois é dever da administração prestar todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão dos documentos administrativos, não havendo contudo nenhum pedido de esclarecimento sobre este assunto.

2. Lista definitiva dos candidatos excluídos

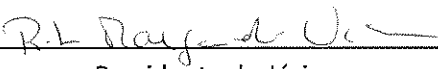
Apreciada e deliberada sobre a alegação apresentada por um candidato excluído, o júri aprovou, por unanimidade a lista definitiva dos candidatos excluídos ao presente procedimento concursal apensa ao anexo único a esta ata.

O júri deliberou ainda notificar os candidatos excluídos da lista de candidatos admitidos e excluídos, nos termos do n.º 6 do artigo 31.º, conjugado coma a alínea a) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril

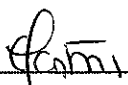
3. Convocação dos candidatos admitidos para a realização da prova de conhecimentos

Por fim, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e em cumprimento do calendário constante da ata n.º 2, o júri deliberou notificar os candidatos admitidos para a realização da prova de conhecimentos a realizar dia 27 /04/2016, pelas 14h30, na Sede dos SSPSP sita na Rua de Xabregas, n.º 44, 1949-017 Lisboa.

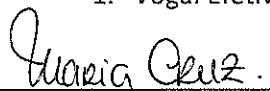
E nada mais havendo a tratar o júri deu por encerrada a reunião, lavrando a presente ata que vai assinada nos termos legais.



Presidente do Júri



1.º Vogal Efetivo



2.º Vogal Efetivo

Anexo Único
Lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos

N.º de candidato	Nome	Deliberação do Júri	Fundamento Legal	Método de seleção
1	MARIA DO CARMO PEREIRA SENDAS	ADMITIDO	Por cumprirem os requisitos gerais de admissão	PC
2	ANDREIA SOFIA VAZ OLIVEIRA	EXCLUÍDO	a)	N.a.
3	TERESA MARIA PINTO MONTEIRO ALMEIDA MENDES	EXCLUÍDO	a)	N.a.
4	MARIA IRENE CARVALHO DIAS	ADMITIDO	Por cumprirem os requisitos gerais de admissão	PC
5	CRISTINA MARIA DA ROSA BISPO	EXCLUÍDO	a)	N.a.
6	ANASTÁCIO JOSÉ MARTINS LOPES	ADMITIDO	Por cumprirem os requisitos gerais de admissão	PC
7	VASCO RAFAEL CANTEIRO NUNES	EXCLUÍDO	a)	N.a.

Legenda dos motivos de exclusão:

- a) Candidatos não detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

N.a. = Não aplicável

PC = Prova de Conhecimentos



EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

Aviso 2986/2016

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do

candidato:

TERESA MARIA PINTO MONTEIRO

ALMEIDA MENDES

CANDIDATURA A:

Carreira Técnico Superior Categoria Técnico Superior

Área de actividade Secção Contabilidade e Finanças

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Verificação dos requisitos gerais e específicos

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

Venho por este meio contestar o motivo de exclusão da minha candidatura do procedimento concursal publicado no aviso n.º 2986/2016 no Diário da República.

De acordo com o ponto 9.3 do presente aviso que indica os documentos que devem acompanhar o formulário de candidatura, sob pena de exclusão, não há nenhum que exija comprovativo de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido.

Só no ponto 9.4, e excepcionalmente, para os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público são solicitadas adicionalmente declarações emitidas pelo organismo ou serviço onde os candidatos exercem funções.

Assim sendo e para tramitar a candidatura basta entregar os documentos solicitados no ponto 9.3.



O facto de não ter relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado não é motivo de exclusão da minha candidatura.

Recebo

DECISÃO DO JÚRI

Deferimento ☐

Indeferimento ☐

Fundamentação da decisão

O Júri

Em: _____

